

A RELAÇÃO ENTRE A TEORIA DO JUÍZO E NATUREZA HUMANA EM KANT

*Daniel Omar Perez**

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar a possibilidade de formular o problema da relação entre teoria do juízo e natureza humana em termos kantianos. Tradicionalmente, a filosofia kantiana tem sido interpretada de diversos modos, muitos deles focando a *Crítica* como trabalho de fundamentação, e pouco ou nenhum lugar tem merecido a reflexão sobre a natureza humana. Entretanto, encontramos nas obras kantianas uma série de referências do “humano” que precisam ser levadas em consideração à hora de estudar a teoria do juízo, sua estrutura, validação e limite. Para alcançar tal fim, primeiro realizaremos uma reconstrução do percurso kantiano para localizar a pergunta fundamental da crítica como pergunta pela possibilidade do juízo. Em segundo lugar, apresentamos diferentes momentos da história das interpretações kantianas para mostrar a dificuldade de retornar à pergunta kantiana. Em terceiro lugar, mostraremos os diferentes momentos da obra kantiana onde temos elementos para considerar o problema da natureza humana como algo não meramente accidental. Finalmente, propomos a formulação do problema. O resultado não pretende apenas contribuir com a exegese kantiana, senão também com a possibilidade de aportar, a partir de uma matriz conceitual kantiana, com a questão contemporânea linguagem-natureza humana.

Palavras-chave: Kant. Juízo. Natureza humana. Antropologia. Semântica.

ABSTRACT

The aim of this paper is to present the possibility of formulating the problem of the relationship between theory of judgment and human nature in Kantian terms. Traditionally the Kantian philosophy has been

* Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Titular de filosofia na PUC-PR e pesquisador do CNPq. E-mail: danielomarperetz@hotmail.com

interpreted in various ways, many of them focusing the *Critique* as a foundation work, and little or no place has earned a reflection on human nature. However, we find in the Kantian works a range of references to “human” that need to be taken into consideration at the time of studying the theory of judgment, its structure, validation and limit. To achieve this purpose, we first will make a reconstruction of Kantian route to locate the fundamental question of the critique of as a question by the possibility of judgment. Second, we present different moments in the history of Kantian interpretations to show the difficulty of returning to the Kantian question. Thirdly, we show the different moments of the Kantian work where we have elements to consider the problem of human nature as something not merely accidental. Finally, we propose the formulation of the problem. The result intends to contribute not only to the Kantian exegesis, but also with the possibility of docking, from a Kantian conceptual matrix, with the contemporary question of language-human nature.

Keywords: Kant. Judgment. Human nature. Anthropology. Semantic.

1. 1763. O diagnóstico da metafísica

Em 1763, Kant caracteriza a metafísica como um abismo insondável, um “oceano sem orla, sem ribeiras e sem farol, onde há que começar como o marinheiro em um mar que nunca navegou, como quem apenas toca alguma terra, examina sua carta de navegação e pesquisa se alguma imperceptível corrente marítima não tenha confundido seu percurso, apesar de todas as cautelas que só a arte de navegar pode oferecer” (AA02, BDG, A4)¹. Sem fundo e sem limites, os problemas da metafísica não chegam a qualquer solução aceitável. Para Kant não há qualquer avanço objetivo nessa área do conhecimento na segunda metade do século XVIII. Entretanto, percebe-se que a própria formulação de problemas em metafísica é já um problema para os praticantes dessa disciplina, que nem mesmo chega a ser tanta na consideração do jovem filósofo de Königsberg.

As diferentes escolas metafísicas formulam problemas, algumas

¹ As obras de Kant serão citadas pelas siglas estabelecidas internacionalmente pela direção da Revista Kant-Studien e adotadas pela Kant-Gesellschaft, a Sociedade Kant Brasileira, a Revista Studia Kantiana e a revista Kant e-prints. Ver http://www.degruyter.com/files/down/instructions/ksins_e.pdf

dão um resultado afirmativo, outras, negativo e outras decidem que o próprio problema não faz sentido. O proceder das escolas metafísicas não é outra coisa senão a repetição de um equívoco. Dito por outras palavras, diante de uma determinada incógnita, os interlocutores apenas afirmam uma resposta e sua contrária, ou diretamente anulam a questão. Assim sendo, a metafísica não é senão dogmática, o que motiva uma reação cética em uma batalha infundável. Entre o dogmatismo e o ceticismo, Kant diagnostica a metafísica de sua época de “desvario grave”². Mas adverte uma solução: a elaboração de um método e de um tratado de metafísica científica, a elaboração de uma metafísica objetiva que possa dar por concluída a disputa sem fundamentos.

2. O tratado como resolução

De acordo com a informação da *carta de Lambert para Kant de 13 de novembro de 1765*, naqueles tempos o nosso filósofo trabalhava em um texto sobre o “método” da metafísica. Diante do impasse dogmatismo-ceticismo restaria fazer uma metafísica verdadeiramente científica e isso demandaria, segundo Kant, estabelecer um método de pesquisa que levasse a resultados objetivos, verificáveis ou demonstráveis de algum modo. Nesse sentido, Lambert escreve naquela correspondência: “... agora, querido senhor, vejo que você publicará o *Próprio Método da Metafísica* nesta páscoa” (AA10, p. 51). O anúncio da publicação indica o percurso dos trabalhos de Kant nos anos da década de 1760. Após o diagnóstico do abismo insondável da metafísica segue-se seu tratamento metódico e objetivo. Porém, Lambert propõe uma tarefa anterior: elaborar uma arquitetura antes de um método. Segundo Lambert, seria preciso trabalhar com cautela e, antes de mais, fazer uma reflexão que necessariamente levaria às fontes, aos elementos primários do sistema de conhecimento. Tratar-se-ia então de um retorno aos elementos que permitiriam ordenar e construir o sistema e não apenas uma referência ingênua aos “objetos” supostamente evidentes. Baseado nisso, Lambert questiona a primazia do “método” de Kant. Um método refere sempre ao seu objeto e o que estaria em questão aqui seria algo anterior,

² Para um estudo do desvario e da metafísica ver Perez, D.O. (2009).

inclusive anterior ao próprio objeto. Não se trataria apenas de enunciar previamente um procedimento para conseguir conhecimentos válidos de acordo com objetos já postulados, mas de colocar sobre a mesa de trabalho os elementos para construir aquele procedimento e, conseqüentemente, os próprios objetos. Seria preciso ainda uma “arquitetônica” que explorasse as bases do edifício completo do conhecimento, para então sim falar de método, objeto e sistema.

Numa de carta de resposta, mas sem levar adiante os conselhos de Lambert, do dia *31 de dezembro de 1765*, Kant anuncia que decidiu alterar os planos e publicar primeiro duas “breves” *Metafísicas da Natureza e da Moral*, para então deixar o lugar à reflexão sobre o “método” (AA. 10, p. 54-5). O jovem Kant quer logo dar a conhecer ao mundo sua própria metafísica. Entretanto, o velho Lambert, na carta de *3 de fevereiro de 1766*, voltava a insistir na sua indicação a respeito da “Arquitetônica” prévia ao “método” e, obviamente, ao “tratado” da metafísica. O trabalho de Kant segue seu rumo, mas os tratados prometidos nunca foram publicados³.

3. 1766. A metafísica e seus dois sentidos

No ano de 1766, Kant publica *Sonhos de um visionário explicados pelos sonhos da metafísica*. Na obra, Kant opera como um verdadeiro filósofo analítico da linguagem ordinária indagando os usos da palavra “espírito”. O resultado é negativo e positivo. Negativo porque critica a metafísica tradicional ao ponto de considerar seus supostos conhecimentos como insustentáveis. Positivo porque re-significa o termo dizendo que agora se trata de uma ciência dos limites da razão humana. Por um lado, a metafísica não existe como ciência; por outro lado, se a metafísica existe como ciência, então é a ciência dos limites do conhecimento. Este anúncio mostra claramente o princípio da virada kantiana, trata-se menos dos objetos da metafísica do que da capacidade racional de conhecer esses objetos.

³ Para um estudo mais aprofundado da relação epistolar Kant-Lambert ver Perez, D.O. (2008).

A pergunta que surge é: até onde podemos conhecer objetivamente sem ultrapassar os limites da validação dos nossos resultados? Como é possível avançar no conhecimento racional para um ser que não é Deus, para um ser racional finito? Como é possível um conhecimento válido? É por esse caminho, enunciado em 1766, que Kant progride na sua pesquisa⁴.

4. 1781. O projeto crítico

Kant chega a 1781 sem publicar o método e sem publicar o tratado prometido para Lambert, em compensação publica uma “propedêutica”. A *Crítica da razão pura* responde, entre outras coisas, à inquietação provocada pela correspondência com Lambert e os resultados de *Sonhos de um visionário*...

A pergunta que norteia o trabalho crítico é: será que antes de fazer uma metafísica científica não será necessário saber se a metafísica ela mesma é possível como ciência? Sendo a resposta a esta questão afirmativa, então devemos nos interrogar pela possibilidade de um conhecimento dito científico. Assim, de acordo com Kant, o conhecimento científico se formula por proposições, estas devem ser analíticas ou sintéticas. As proposições analíticas são aquelas cujos predicados estão contidos no sujeito. Portanto, a sua possibilidade (validade) depende do princípio de não contradição. As proposições sintéticas são aquelas cujos predicados não podem ser deduzidos analiticamente do sujeito, mas são acrescentados a este. Portanto, a sua validade tem como condição necessária, mas não suficiente o princípio de não contradição, sendo precisa outra condição para afirmar a sua possibilidade (validade). Esse será o núcleo central da teoria da formulação e da decisão dos problemas válidos e inválidos no âmbito do conhecimento científico.

Dito por outras palavras, se a metafísica quer ser ciência, então deve funcionar de acordo com os critérios de validade da ciência; a ciência avança por proposições sintéticas, portanto, a metafísica deve poder avançar por proposições sintéticas válidas, possíveis de serem ditas ou verdadeiras ou falsas.

⁴ Para um estudo mais aprofundado do texto de *Sonhos de um visionário* ver Perez, D.O. (2008, 2009).

A questão foi então passar do problema da validade do conhecimento científico ao problema da validade das proposições sintéticas. Assim sendo, a pesquisa de Kant deve poder ser formulada em uma questão central. Na primeira crítica Kant escreve:

Muito se ganha já quando se pode submeter uma multiplicidade de investigações à fórmula de um único problema, pois assim se facilita, não só o nosso próprio trabalho, na medida em que o determinamos rigorosamente, mas também se torna mais fácil a quantos pretendam examinar se o realizamos ou não satisfatoriamente. Ora o verdadeiro problema da razão pura está contido na seguinte pergunta: *como são possíveis os juízos sintéticos a priori?* (KrV, B19).

A pesquisa filosófica de Kant dá uma virada decisiva, já não se trata de oferecer ao público um tratado de metafísica objetiva. Kant dá um passo atrás, recua e vai à raiz do problema da objetividade e se pergunta pelas condições dessa objetividade. Para isso, procede a desenvolver as condições de possibilidade dos juízos sintéticos com os quais podemos avançar no conhecimento. A letra é clara, o texto não diz que o problema da razão pura seja sobre a alma, a mente, o cérebro, a natureza humana, a fundamentação da geometria euclidiana e da física newtoniana ou sobre qualquer outra questão. Se Kant quisesse fazer isso, no mínimo o teria enunciado no início dos trabalhos. Mas não o fez. O problema é sobre o juízo⁵. O problema da objetividade do nosso conhecimento começa com a sintaxe e a semântica do juízo que enuncia o conhecimento em questão e a possibilidade da sua validação. Mas apesar da declaração explícita do próprio Kant que acabamos de ler, a história das interpretações do kantismo parece mostrar que a questão não é tão óbvia.

⁵ É a partir desta pergunta que se elabora a interpretação semântica de Kant. Ver Loparic, Z. (2000), Perez, D.O. (2008). O professor Gerhard Lehmann (1969), escreveu: “Independentemente de se, para Kant como para qualquer filósofo, o sistema formulado não cobre o conteúdo sistemático do todo, e até mesmo o contradiz em vários pontos, deveria no entanto mostrar-se primeiramente se existe um puro pensar de problemas sem diretrizes sistemáticas. Ou se se procede de modo a que a aporética de Kant tenha de referir-se a uma sistemática mais profunda, não disponível, não formulada, mas antes ainda a elaborar”. É exatamente a essa questão que a interpretação da **semântica transcendental** vem a satisfazer.

5. A interpretação dos contemporâneos de Kant

Nos escritos de aula do inverno de 1935-1936, curso intitulado *Problemas fundamentais da metafísica*, e dedicados à *Crítica da razão pura*, Martin Heidegger afirma que:

A obra teve um efeito incitante, ainda que seus propósitos essenciais não tenham sido compreendidos, e foi interpretada apenas desde seus aspectos exteriores e casuais. Houve uma volumosa sucessão de escritos pro e contra. Até o ano da morte de Kant, 1804, o número destes escritos chegou a 2.000 (HEIDEGGER, 1975, p. 56).

Heidegger mostra como o coeficiente de citações de Kant na época é bem mais alto que o de muitos filósofos contemporâneos na época da internet. Além disso, também se observa que o debate que o livro abriu mereceu publicações específicas sobre o assunto. Em 1785, “Christian G. Shütz, um discípulo de Kant, funda a *Jeaner Allgemeine Literaturzeitung*, que se apresenta como órgão oficioso defensor do criticismo” (FERREIRA, 1992, p. 40). A publicação contribuiria para esclarecer e desenvolver os resultados da filosofia crítica. Atualmente, o único filósofo vivo com uma publicação específica sobre sua obra é Slavoj Zizek. Na calçada oposta, em 1788, um adversário de Kant, Eberhard funda o *Philosophisches Magazin* e “declara no prefácio do primeiro número que o objetivo expresso da publicação irá ser o ataque sistemático e permanente à filosofia kantiana” (FERREIRA, 1992, p. 41). Atualmente nenhum filósofo vivo tem semelhante honra.

6. O projeto do idealismo alemão

Cronologicamente, o trabalho de Kant aparece entre os sistemas da filosofia escolástica racionalista e os sistemas da filosofia do idealismo especulativo. De Suarez e Wolff para Fichte, Schelling, Schopenhauer e Hegel. Alguns historiadores da filosofia reconhecem em Kant a superação do racionalismo e do empirismo anteriores e a abertura para o desenvolvimento da filosofia alemã, que nunca antes, com exceção de

Leibniz (que não escrevia em alemão) tinha sido realmente significativa. Nessa linha, Schopenhauer (2005, p. 22-23) afirma que “por mais que meu ponto de partida seja o que o grande Kant realizou, o estudo sério de seus escritos fez-me descobrir erros significativos neles, os quais tive de separar e expor como repreensíveis, para assim, poder pressupor e empregar, purificado deles, o verdadeiro e maravilhoso de sua doutrina”. Antes dele Fichte havia se reconhecido como o continuador da obra de Kant, o que este último rejeitou em uma carta pública.

Contudo, Heidegger (1975, p. 57) considera que no idealismo alemão, a filosofia de Kant foi sobre-passada, mas não superada. A verdadeira posição de Kant não teria sido atacada, mas deixada de lado. Decididamente o que os sucessores teriam feito é algo diferente do que os resultados da filosofia crítica indicavam.

7. Voltar a Kant: história da filosofia, epistemologia, lógica, teoria da cultura

Assim sendo, a rejeição ao idealismo alemão e o avanço das ciências da natureza na segunda metade do século XIX teriam contribuído fortemente para o retorno a Kant. O retorno a Kant estaria pautado pela necessidade de refletir sobre a unidade e fundamento da ciência. No ano de 1855, Hermann von Helmholtz (1821-1894) ministrou uma palestra intitulada *Über das Sehen des Menschen*. O conteúdo desse trabalho ficou marcado por ser considerado o início do apelo para o retorno a Kant e por sua interpretação empirista da obra. Apesar de destacar a importância do carácter formal e *a priori* das estruturas cognitivas, tanto racionais quanto sensoriais, Helmholtz considerava provada a teoria de Kant sobre a sensibilidade na teoria de Müller acerca da energia dos nervos e dos sentidos (MARKET, 1992, p. XXXVII). Para os pesquisadores nas áreas de psicologia cognitiva e neurociências este é um bom material de interesse histórico.

O historiador da filosofia Eduard Zeller, em 1862, publica *Über die Bedeutung und Aufgabe der Erkenntnistheorie*. Aqui também encontramos a explicitação de um retorno a Kant, mas para tomar notícia daquilo que não deve ser feito (MARKET, 1992, p. XXXVIII). Do mesmo modo que

no início da história das interpretações kantianas, seu retorno também se caracteriza pela aparição dos adversários do kantismo.

Em 1865, Otto Liebmann publica *Kant und die Epigonen* e imprime a famosa frase: *Also muss auf Kant zurückgegangen werden*. Seu retorno devia trabalhar sobre a eliminação da coisa em si e o privilégio das representações (MARKET, 1992, p. XXXIX). Este material também é de interesse histórico para as pesquisas sobre teoria das representações cognitivas.

Em 1866, Friedrich Albert Lange publica *Geschichte des Materialismus* e convoca o pensamento de Kant para uma superação do materialismo vigente na época. Este livro, junto com os escritos de Schopenhauer, influenciou a interpretação de Nietzsche sobre Kant e até há quem afirme que não há documentos que comprovem sua leitura direta das obras. Porém, essa informação diz menos sobre a formação filosófica de Nietzsche que sobre o peso que tinham os estudos destes novos pesquisadores para conformarem o que poderia ser uma interpretação estabelecida de Kant. Assim, a obra de Kant, produto da sua época, devia ser retomada, mas para ser superada. Conceber as obras humanas, dentre elas as da filosofia, como obras radicalmente históricas é uma contribuição feita pelo romantismo alemão de Friedrich Schlegel, desenvolvida por Hegel, por Kuno Fischer e por Schleiermacher. Podemos dizer que com estes trabalhos vê-se em funcionamento um **princípio hermenêutico**: “Explicar a Crítica da razão pura mediante sua gênese histórica”. Porém, se mudarmos o princípio hermenêutico, mudará também o que entendemos como o produto da filosofia ou o que entendemos por filosofar.

É nesse cenário que encontramos a aparição do neokantismo de final doséculo XIX e início doséculo XX e que se pautou pelo trabalho de publicação crítica dos materiais de Kant, sua análise filológica e pela interpretação da própria filosofia kantiana a partir da sua estrutura argumentativa. Hermann Cohen, Ernst Cassirer, Karl Vorländer, Natorp, entre outros, acabaram por compor o que se conheceu mais tarde por uma tendência para o logicismo da escola de Marburg. Paralelamente, Wilhelm Windelband, Heinrich Rickert e Emil Lask, com marcada tendência para a filosofia da cultura, acabaram constituindo a escola de Baden. Com a escola de Marburg, o problema do juízo, da sua dedução e da sua validade começa o retorno.

8. No Brasil

No Brasil, a acolhida da obra de Kant teve sua primeira marca no século XIX, nas aulas do Padre Mimi, da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1827 e, mais tarde, nos *Cadernos de Filosofia* de Diogo Antônio Feijó, que buscavam confrontar o pensamento escolástico tentando abrir uma reflexão política voltada para o liberalismo. Mas foi no século XX, com Tobias Barreto, que a recepção do kantismo tomou força discutindo problemas de metafísica. Posteriormente, na “Escola de Recife”, aparece uma posição neokantiana para estudar e fazer filosofia contra o espiritualismo e o positivismo. Essa escola é sucedida nos anos 1940-1950-1960 por uma corrente culturalista de pensamento, liderada por Miguel Reale, onde se retoma o estudo da obra de Kant (PEREZ, 2005; PEREZ & BONACCINI, 2009). No final dos anos 1980, com o desenvolvimento das pesquisas financiadas pelo CNPq e dos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado), a fundação da Sociedade Kant Brasileira e os grupos de trabalho da ANPOF têm se levado adiante centenas de trabalhos de estudos kantianos. Podemos mencionar quatro grandes correntes de abordagem: filológica, histórico-crítica, analítica e semântica. As últimas duas escolas (analítica e semântica) dão principal importância ao estudo dos juízos sintéticos na filosofia crítica de Kant.

9. Kant e a teoria do juízo

Só depois da segunda guerra mundial os pesquisadores da obra de Kant começaram a destacar a importância do juízo e das suas condições de possibilidade como condições lógicas com estudos detalhados. Publicações na Europa e nos Estados Unidos (EUA) dão respaldo a essa afirmação. Apenas para dar exemplos paradigmáticos, podemos citar os trabalhos de Paul Guyer e Beatrice Longuenesse (1998).

Nas últimas décadas apareceram pesquisas que não só destacavam a lógica, mas também a referência dos conceitos. Estou me referindo ao trabalho de Wolfran Horgrebe (1974) e de Robert Hanna (2001).

10. Kant e a relação entre o juízo e a natureza humana

Nas pesquisas de Beatrice Longuenesse e de Robert Hanna, o problema do juízo levou-os a se interrogarem sobre a relação entre juízo e natureza humana. Essa questão foi formulada em Longuenesse (2005) e Hanna (2006).

O problema de uma antropologia na filosofia de Kant não foi um tópico muito abordado durante o século XX apesar de ter sido indicado por dois filósofos importantes da época, porém, pouco considerados entre os estudiosos do kantismo, como Martin Heidegger (1986) em 1927-1928 e Michel Foucault (2009) em 1958.

Contrariamente a esse destaque para o problema de uma natureza humana e de uma antropologia ligada à questão da teoria do juízo, importantes estudiosos da obra de Kant, como Reinhardt Brandt (1999), não consideram que a antropologia faça parte da filosofia kantiana. O privilégio da fundamentação do juízo excluiria qualquer relevância outorgada à natureza humana e a uma possível antropologia.

Atualmente, o amplo leque de interpretações sobre o lugar ou não de uma eventual antropologia e do estudo de uma natureza humana na filosofia de Kant e sua relação com a teoria do juízo nos oferece elementos suficientes para afirmar que a questão merece ser retomada. Se bem que podemos dizer com Kant que a possibilidade de verdade ou falsidade de uma proposição cognitiva depende das condições de validade do juízo, a questão que se acrescenta é: que tipo de executor desses juízos seria necessário? Qual é a relação entre o executor do juízo e as condições de validação dos mesmos? Isso nos leva a interrogarmos sobre a possibilidade e o significado de uma natureza humana de uma antropologia ligada à teoria do juízo.

11. Os lugares e modos em que aparece qualificada a antropologia e a natureza humana na obra de Kant

De acordo com os documentos bibliográficos, Kant tem deixado numerosas marcas de questões antropológicas nos seus textos. A leitura de Rousseau e dos moralistas ingleses durante a década de 1760 marca uma primeira aproximação significativa da tarefa kantiana com os temas

antropológicos. John Zammito (2002, p. 83-135 e p. 179-219), Van Pitte (1971, p. 49-69), Guy Lafrance (1997, p. 33-41), Brigitte Geonget (1997, p. 43-46) e Manfred Kuehn (2002, p. 129-133) são alguns dos significativos pesquisadores que mencionaram essas influências, que apareceram em diferentes trabalhos publicados durante aquele período.

A carta a Marcus Herz, onde se dá notícia de um curso sobre antropologia para o semestre de inverno 1772-1773 (AA 10: 145-146) (ver KUEHN, 2002, p. 204-218; p. 406-408), nos oferece mais dados acerca dos estudos de Kant no que se refere à natureza humana. Sabemos que depois dessa data, e até a sua aposentadoria, em 1796, Kant ministrará o curso de antropologia ininterruptamente (KUEHN, 2002). Não podemos deixar de notar que o trabalho docente de Kant em matéria antropológica acompanha a origem e o desenvolvimento dos trabalhos da filosofia transcendental, situação que impõe a interrogação acerca da sua relação. A ressalva é precisa: o fato de serem paralelos – o desenvolvimento do projeto da filosofia transcendental e o desenvolvimento das aulas de antropologia – não os faz necessariamente dependentes ou estruturalmente relacionados, a simultaneidade não é argumento, mas certamente abre uma suspeita acerca da possibilidade de algum tipo de vínculo a ser provado.

Avançando cronologicamente, podemos observar que, apesar de todas as advertências feitas pelo próprio autor, a virada copernicana da investigação kantiana (KrV B XVI, XXII) poderia ser interpretada como uma reorientação da filosofia em torno da natureza humana. Isto pode ser explicado como um redirecionamento do estudo das coisas para o estudo das condições de possibilidade do próprio sujeito de conhecimento dessas mesmas coisas. Com efeito, esta ciência foi denominada por Kant, pelo menos no período de elaboração da primeira crítica, de *antropologia transcendental*. Isto aparece em uma das anotações de Kant datada por Adickes entre 1776-1778. Cito Kant (AA 15: 395):

Refl 903: As ciências fornecem, além da habilidade, o fato que (elas) civilizam, isto é, eliminam a rudeza na convivência, embora nem sempre ilustrem, isto é, forneçam o aprazível e morejado da convivência, porque falta a popularidade de vida à carência da convivência com diversas classes.

Todavia, em relação ao juízo modesto sobre o valor de sua própria ciência e da moderação da presunção e do egoísmo, que uma ciência fornece quando ela reside unicamente no homem, é necessário algo que forneça humanidade ao erudito, para que ele não se desconheça a si mesmo e [seu valor sobre outros] não confie demais em suas forças. Eu denomino um tal erudito de ciclope. Ele é um egoísta da ciência, e lhe é ainda necessário um <outro> olho que faz com que ele contemple seu objeto ainda a partir do ponto de vista de outros homens. Sobre isso funda-se a humanidade das ciências, isto é, propiciar a benevolência do juízo, pela qual a gente o submete também ao juízo de outros. As ciências (racionalizantes), que a gente propriamente pode aprender e que, portanto, sempre crescem sem que o adquirido tivesse necessidade de um exame e fiscalização, são propriamente aquilo em que existem ciclopes. O ciclope da literatura é o mais obstinado; mas há ciclopes de teólogos, juristas, médicos. Também ciclopes de geômetras. A cada um tem de ser associado um olho de fabricação particular. *

M 326':

*(Ao médico, crítica de nosso conhecimento natural, ao jurista, de nosso conhecimento (do direito e) da moral, ao teólogo de nossa metafísica. Ao geômetra, crítica do conhecimento racional em geral. O segundo olho é, portanto, o autoconhecimento da razão humana, sem o qual não possuímos nenhuma medida ocular da grandeza de nosso conhecimento [na medida em que nós]. Aquele <autoconhecimento> fornece o parâmetro da medida.

Várias dessas ciências encontram-se na circunstância que a crítica das mesmas enfraquece muito seu valor interno; somente a matemática e filologia portam-se convincentemente contra isso, [daí] igualmente a jurisprudência; por isso elas são também as mais obstinadas. O *egoismus* provém de que elas estendem adiante o uso que fazem da razão e de sua ciência e também <o> considero suficiente em outros campos.)

M 326:

Não a força, mas o caolho faz aqui o ciclope. Tampouco é suficiente saber muitas outras ciências, e sim o autoconhecimento do entendimento e da razão. **Anthropologia transcendentalis.**⁶

⁶ Versão de tradução baseada no trabalho do prof. Valerio Rohden, com quem compartilhei

Esta reflexão parece ser, tal como Adickes a interpretou, um verdadeiro conhecimento antropológico acerca dos sábios, dos teólogos e dos cientistas. O conhecimento especializado do pesquisador o transformaria em sábio de um só olho, um ciclope. Mas Kant não ficou apenas na constatação do que aparecia nas universidades, seu diagnóstico estava acompanhado de uma observação crítica: este *egoismus* se resolveria com *Anthropologia transcendentalis*, que não seria outra coisa que o autoconhecimento do entendimento e da razão. Esta reflexão, e também outras passagens dos seus escritos, poderia nos conduzir à ideia de que o projeto crítico – cujo problema geral seria enunciado na pergunta: *como são possíveis os juízos sintéticos a priori?* (KrV B19) – poderia ser interpretado como estando em relação com o projeto antropológico – cuja questão fundamental seria conhecer o ser humano (Anth. 120).

Já na *Crítica da razão pura* (1781-1787), encontramos elementos claros que indicam uma referência precisa ao ser humano. Podemos mostrar vários momentos. Em KrV A 13, B 27, Kant escreve que a crítica seria uma análise exaustiva de toda cognição humana *a priori*; em KrV A 15, B 29, diz que sensibilidade e entendimento são dois elementos da cognição humana e que a crítica forneceria as condições *a priori* para conhecer os objetos da cognição humana; em KrV A 42, B 59, afirma que espaço e tempo são condições da percepção pertencentes a todo ser humano; em KrV A 68, B 93, expõe que a analítica transcendental estuda o entendimento humano e suas predisposições (*Keinen e Anlagen* KrV A 66, B 91). Reiteradamente aparecem expressões como entendimento humano (KrV B 109), totalidade do conhecimento humano (KrV B 135), alma (*Seele*) humana (KrV A 124), razão humana (KrV A 309, B 366). Em KrV A 533-534, B 561-562 Kant também compara os seres humanos com outros tipos de seres para elucidar a especificidade do humano na

o exercício da tradução, estudo e comentário das *Reflexões de Antropologia* do volume XV das obras de Kant nos últimos dois anos (desde metade de 2008) tanto na pesquisa quanto nas disciplinas ministradas conjuntamente no programa de mestrado em filosofia da PUC-PR. A tradução da reflexão tenta transmitir com rudeza a própria escrita kantiana, lembremos que se trata de anotações em cadernos guardadas por Kant nas gavetas e não de textos para publicação.

sua pesquisa. Mais ainda, encontramos passagens onde Kant menciona explicitamente tipos não humanos de racionalidade, como seres de outros planetas (KrV A 825, B 853) ou mesmo Deus (KrV A 578-591, 631-642, B 606-619, 659-670), para dar ênfase ao seu objeto *humano* de estudo.

Em *Prolegômenos a toda metafísica futura* (1783), já no prefácio e na advertência preliminar, Kant afirma que o entendimento *humano* divagou durante séculos de múltiplas formas e é por isso que seria preciso uma crítica deste mesmo entendimento.

Na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785), Kant reafirma sua determinação a trabalhar no domínio da pura razão, não sem deixar clara a necessidade de um vínculo com um domínio menos puro. No prefácio da obra GMS 388-389, Kant escreve:

Pode-se denominar *empírica* toda filosofia que se apoia em princípios da experiência; e *pura*, a que deriva suas doutrinas exclusivamente de princípios *a priori*. Esta, quando simplesmente formal, chama-se *Lógica*; mas, se for circunscrita a determinados objetos do entendimento, recebe o nome de Metafísica.

Deste modo, surge a ideia de uma dupla metafísica: uma *Metafísica da natureza* e uma *Metafísica dos costumes*. A Física terá pois, além de sua parte empírica, uma parte racional. Outro tanto sucede com a Ética; embora, aqui, **a parte empírica** possa denominar-se particularmente **Antropologia prática**, e a parte racional receber o nome de Moral. (o destaque é meu)

(...)

Limito-me aqui a perguntar se a natureza da ciência não exige que se separe sempre com sumo cuidado a **parte empírica** da parte racional, que se faça preceder a Física propriamente dita (empírica) de uma Metafísica da natureza, e a **Antropologia prática** de uma Metafísica dos costumes; estas Metafísicas deveriam ser cuidadosamente expurgadas de qualquer elemento empírico, com o intuito de saber tudo o que a razão pura pode fazer em ambos os casos e em que mananciais ela haure esta sua doutrinação *a priori*, quer semelhante tarefa seja empreendida por todos os moralistas, quer somente por alguns que para tal se sintam especialmente chamados.

Em GMS 412, também exige a não inclusão de quaisquer elementos empíricos, antropológicos, para o desenvolvimento do seu trabalho. Porém, os traços desses conhecimentos antropológicos se deixam ver no próprio texto, em GMS 421-423, Kant fala sobre o progresso da espécie. Isto não é um equívoco, embora os princípios da moralidade não se devam buscar na natureza humana, é bem claro no texto que é a ela que se aplica, portanto, seria razoável pensar que haveria algum tipo de vínculo a ser considerado.

Na *Crítica da razão prática* (1788), apresenta-se declaradamente uma pesquisa da razão prática pura que, mais uma vez, excluiria qualquer assunto antropológico. No prefácio de KpV, Kant afirma que:

a determinação particular dos deveres como **deveres humanos**, para logo dividi-los, é somente possível se, antes, o conceito dessa determinação (o **homem**) tenha sido conhecido segundo a constituição com a qual ele é real, se bem conhecido só na medida em que ele é necessário em relação ao dever geral; mas **esse conhecimento não pertence a uma crítica da razão prática em geral**, que só tem que dar de um modo completo os princípios de possibilidade, da extensão e dos limites da razão prática, sem referência particular à razão humana. A divisão pertence, aqui, ao sistema da ciência e não ao sistema da crítica. (o destaque é meu)

Porém, na metodologia Kant não deixa de destacar uma parte importante da pesquisa fazendo referência a conhecimentos antropológicos. Na KpV 151, Kant fala de um acesso à mente (ânimo) (*Gemüth*) humana:

Por metodologia da razão pura *prática* não se deve entender o modo (tanto na reflexão como na exposição) de proceder com princípios puros práticos, em relação a um conhecimento científico dos mesmos, o que se denomina, além disso, no conhecimento *teórico*, método propriamente dito (pois o conhecimento vulgar necessita de um modo, porém, a ciência necessita de um *método*, isto é, um proceder *por princípios* da razão, mediante o que apenas o múltiplo de um conhecimento pode chegar a ser um *sistema*). Neste caso, entretanto, devemos entender por metodologia principalmente o modo como se pode proporcionar às leis da razão pura prática um **acesso ao ânimo**

do homem, inculcando-lhe *influência* sobre as suas máximas, ou seja, para tornar *subjetivamente* prática a razão objetivamente prática (o destaque é meu).

Se antes dessa parte do livro se encontram várias indicações e exemplos de condutas e formas de agir humano para abonar o dito, a partir daqui as menções de experiências humanas não vão ser menores. Em KpV 155-157, Kant menciona um dado antropológico bem significativo acerca das crianças e da formação do conceito de virtude. Também temos outra menção antropológica em KpV 160-161.

Na *Crítica da Faculdade de Julgar* (1790), Kant afirma que se trataria de uma pesquisa da capacidade do julgamento estético e da capacidade do julgamento teleológico, decididamente uma crítica do juízo. Porém, as indicações antropológicas voltam a aparecer. Em KU 179-181, Kant distingue entre entendimento humano e não humano; em KU 210, distingue animais e seres humanos pelas suas capacidades para responder ao prazer, a bondade e a beleza; em KU 233, 431-436 afirma a peculiaridade dos seres humanos de serem os únicos capazes de se colocar fins; em KU 467, volta a mencionar seres de outros planetas e KU467-468, espíritos.

Se nos textos considerados mais destacados da filosofia transcendental de Kant encontramos referências numerosas e significativas sobre a antropologia e a natureza humana, isto se multiplica exponencialmente nos textos considerados menores ou mais específicos, conjunturais e aparentemente menos sistemáticos. Durante as décadas de 1780 e 1790, Kant publicou as três críticas e também uma série de trabalhos notadamente antropológicos, que incluem questões sobre psicologia, fisiologia, geografia humana, história, política, religião e medicina. Em todos os casos menções acerca da natureza humana se tornam fundamentais para o desenvolvimento das investigações. Nas obras *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* (1784), *Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento?* (1784), *Religião nos limites da simples razão* (1793), *Metafísica dos costumes* (1797-98), *Antropologia em sentido pragmático* (1798) e *Pedagogia* (1803), encontramos não apenas numerosas citações, mas lugares centrais para esses conhecimentos antropológicos, bem como para a qualificação do tipo de conhecimento

antropológico adquirido ou que se deveria adquirir como fisiológico, empírico, moral e pragmático⁷. Se sairmos dos textos publicados por Kant e retornarmos às cartas, reflexões e cursos, também notaremos a presença do conhecimento antropológico. As reflexões do volume XV, estabelecido por Adickes, e os cursos do volume XXV, estabelecido por Brandt e Stark, nos mostram uma preocupação constante sobre antropologia e natureza humana em Kant desde sua juventude. Mas é na carta a C.F. Stüudlin, de 1793, que Kant descreve o plano do seu sistema de filosofia pura e acrescenta a quarta pergunta: *que é o ser humano?* Afirma ele que esta questão pertence à antropologia, tema sobre o qual tem lecionado por mais de vinte anos (AA 11; 429). Cito Kant em alemão para não haver dúvidas com qualquer tradução:

Mein schon seit geraumer Zeit gemachter Plan der mir obliegenden Bearbeitung des Feldes der reinen Philosophie ging auf die auflösung der drei Aufgaben: 1. Was kann ich wissen? (Metaphysik); 2. Was soll ich thun? (Moral); 3. Was darf ich hoffen (Religion); welcher zuletzt die vierte folgen sollte: Was ist der Mensch? (Anthropologie, über die ich schon seit mehr als 20 Jahren jährlich ein Collegium gelesen habe).

Nas anotações de aula do curso de *Lógica*, publicadas como *Logik Jäsche* (AA 09, 187), encontramos uma versão semelhante do dito na carta:

O campo da filosofia, neste significado cósmico, pode reconduzir-se às questões seguintes: 1) Que posso saber? 2) Que devo fazer? 3) Que me é permitido esperar? 4) Que é o homem? A metafísica responde à primeira pergunta, a moral à segunda, a religião à terceira e a antropologia à quarta. Mas, no fundo, tudo isto se poderia incluir na antropologia, visto que as três primeiras questões se referem à última.

Tudo se passa como se o projeto kantiano de filosofia culminasse e se recobrisse pela pergunta – e eventual desenvolvimento – acerca do

⁷ Trabalhei sobre as noções de antropologia pragmática, natureza humana e cidadão do mundo em PEREZ, D.O. (2007, 2008b, 2009a, 2009b, 2009c, 2009d, 2009e, 2010a, 2010b).

homem⁸. Se as quatro perguntas estão articuladas sistematicamente e as três primeiras pertencem à filosofia transcendental, então porque não pensar que o projeto antropológico também faria parte de modo decisivo da filosofia transcendental?

Para um autor que foi acusado, com muita frequência durante 250 anos, de ter negligenciado o estudo concreto do ser humano, as referências acima indicadas nos dão uma ideia da validade daquele julgamento.

Com isto podemos justificar a pesquisa da relação entre antropologia, natureza humana e teoria do juízo em geral como um problema que não é alheio ao kantismo e que pode, eventualmente, contribuir com problemas atuais acerca da relação entre natureza e cognição.

12. Da multiplicidade de projetos antropológicos: os recortes do texto kantiano que justificam as diferentes leituras interpretativas

Diferentes comentadores da obra de Kant sustentam interpretações diferentes sobre o lugar e o estatuto que ocupam a antropologia e as questões referentes à natureza humana na filosofia transcendental. Assim sendo, a antropologia é compreendida como transcendental, empírica, moral, pragmática, prática aplicada e até mesmo como um mero manual de aula. Da mesma forma, pode-se ver que as questões referentes à natureza humana são consideradas como fundamentais, acessórias, um mero retrocesso ou absolutamente marginais em relação com a filosofia transcendental. A variedade de interpretações se sucede no tempo e aparece na simultaneidade das diferentes pesquisas.

Norbert Hinske (1966) afirma que a antropologia é uma ciência subordinada e de eficácia questionável. Frederick Van de Pitte (1971) sustenta que Kant desenvolveu na sua filosofia crítica uma concepção completa do homem e do seu lugar na realidade. Porém, apesar de importante, este não é o único ponto de contato entre antropologia e sistema da filosofia transcendental. Durante toda a época de desenvolvimento dos estudos da filosofia crítica até sua maturidade, os escritos kantianos

⁸ Em modos diversos esta afirmação se encontra nas interpretações de Heidegger (1986) e Foucault (2009).

revelariam numerosos pontos onde encontramos questões antropológicas. Monika Firla (1981) distingue três tipos, ou modos, de antropologia e da sua relação com a filosofia moral, a saber, empírica, transcendental e aplicada. Allen Wood (1999) vincula os estudos antropológicos à filosofia prática, deixando claro o lugar decisivo dos conhecimentos da natureza humana para a filosofia transcendental. Nesse sentido, Wood (1999, p. 194) escreve: “Uma característica importante da concepção kantiana da antropologia prática é que ela é considerada como parte da filosofia moral ou prática, e não da filosofia teórica”. E mais ainda: “Nós cometeremos um erro muito grande em relação à teoria de Kant se supusermos que ele pensou que o princípio *a priori* da moral (em qualquer formulação) pode determinar o que fazer independentemente de tais princípios empíricos de aplicação” (WOOD, 1999, p. 154). Princípios esses acessados apenas com o devido conhecimento do homem. Frank Nobbe (1995) considera a crítica do juízo estético como uma antropologia transcendental. Reinhardt Brandt (1999, p. 7-20) nega qualquer contribuição da antropologia para a filosofia transcendental. Robert Louden (2000) defende a tese de uma antropologia como ciência empírica (semelhante a conselhos de prudência) que seria parte da moral e uma antropologia moral propriamente dita dentro do que denominou de uma ética impura. Patrick Frierson (2003) defende uma interpretação da antropologia vinculada à filosofia prática, mas com juízos reflexionantes (teleológicos). Brian Jacobs (2003b, p. 111) escreve:

What Kant means by “anthropology” is hardly unambiguous, and there is some question as to whether one could use the term without also applying one of the many adjectives that Kant uses to differentiate its various forms, such as **pragmatic**, **practical**, **physiological**, **empirical**, and even **transcendental**. And because, moreover, the meaning and tasks of anthropology for Kant shift not only over time but also across the topics on which he lectured, one can at best offer only an approximate sense of the discipline for Kant.

Claudia Schmidt (2007, p. 157) afirma que, durante seu período crítico, Kant desenvolveu quatro distintos e inter-relacionados projetos antropológicos, aos quais podemos chamar de transcendental, empírico,

pragmático e moral. *Transcendental anthropology* refere aos princípios *a priori* da racionalidade como pertencentes especificamente ao sujeito humano. Isto não incluiria apenas a estrutura *a priori* da cognição, mas também da racionalidade prática, quer dizer que refere às condições subjetivas, porém universais e necessárias da experiência cognitiva e prática (SCHMIDT, 2007, p. 159-160). Os outros modos de antropologia corresponderiam a projetos específicos de domínios particulares de conhecimentos acerca da natureza humana.

13. Considerações finais sobre juízo e natureza humana

Com o percurso realizado tanto pela obra de Kant quanto pelas diferentes interpretações, o problema da relevância da relação entre teoria do juízo e natureza humana em Kant se demonstra como algo que não pode ser ignorado. As diferentes pesquisas não só revelam interpretações variadas do texto kantiano, senão também o fato de que não haveria apenas uma, mas várias antropologias kantianas que tratariam a natureza humana de diferentes modos. As distintas interpretações destacam ou privilegiam um ou mais dos seus modos de uso, colocando ênfase em pontos diversos, mas nem por isso algumas das distintas interpretações seriam excludentes (umas com relação às outras). Dito de outra forma, embora alguns comentadores afirmem a existência de um tipo de antropologia, isso não necessariamente significa que excluam os outros tipos de conhecimentos antropológicos, o que nos conduziria a pensar na possibilidade de trabalhos convergentes.

Considerando os resultados obtidos nas pesquisas acima citadas, o trabalho consistiria em indagar o significado da noção de antropologia e de natureza humana em Kant em suas distintas modalidades. Desta forma, estaremos em condições de precisar com maior exatidão o projeto antropológico, definido em uma ou mais antropologias, e o tipo de conhecimento acerca da natureza humana – em cada caso se for necessário –, bem como estabelecer a relação entre a concepção kantiana de natureza humana e teoria do juízo, segundo seu tipo específico.

Dito por outras palavras, trata-se de saber se as antropologias nominalmente apresentadas no texto de Kant e recortadas nas

interpretações dos comentadores (isto é, transcendental, empírica, moral, pragmática, fisiológica e aplicada) são possíveis de serem efetivamente desenvolvidas ou não. Da mesma forma, trata-se de saber se as menções de conhecimentos antropológicos e as referências à natureza humana correspondem ou não a algum tipo de conhecimento específico. Com isso, evitaríamos qualquer interpretação *naive* de “natureza” e de “humano” como se os conceitos se referissem simplesmente a objetos dados e poderíamos dar um segundo passo.

Assim sendo, poderíamos raciocinar do seguinte modo: qual a relação entre a teoria do juízo cognitivo teórico, prático e reflexivo e a natureza humana? Podemos a partir de Kant pressupor uma natureza humana desde a qual derivaria uma teoria do juízo ou vice-versa? Esta natureza humana estaria pressuposta metafísica ou empiricamente ou derivada conceitualmente?

Referências

BRANDT, R. *Kommentar zu Kants Anthropologie in pragmatischer Hinsicht*. Hamburg: Meiner, 1999.

_____; STARK, W. *Einleitung*. In: KANT, I. *Kants Gesammelte Schriften*. Berlin: W. de Gruyter, 1997.

FERREIRA, M. C. Johann August Eberhard. Estudo introdutório, notas e bibliografia. In: GIL, F. (Org.). *Recepção da crítica da razão pura. Antologia de escritos sobre Kant (1786-1844)*. Lisboa: Fundação Calouste Gubenkian, 1992.

FIRLA, M. *Untersuchungen zum Verhältnis von Anthropologie und Moralphilosophie bei Kant*. Frankfurt; Bern: Peter Lang, 1981.

FOUCAULT, M. *Una lectura de Kant. Introducción a la antropología en sentido pragmático*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2009.

FRIERSON, P. Character and evil in Kant's Moral Anthropology. *Journal of History of Philosophy*, v. 44, n. 4, p 623-634, Oct. 2006.

_____. The moral importance of Politeness in Kant's Anthropology. *Kantian Review*, v. 9, p. 105-127. 2005.

_____. *Freedom and anthropology in Kant's moral philosophy (freedom)*. New York: Cambridge University Press, 2003.

GEONGET, B. *L'Influence de Jean-Jacques Rousseau sur Kant: mythe ou réalité?* In: FERRARI, J. *L'Année 1798 Kant et la naissance de l'Anthropologie au siècle des Lumières*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, p. 43-46. 1997.

GUYER, P. Moral anthropology in Kant's aesthetics and ethics: a reply to Ameriks and Sherman. *Philosophy and Phenomenological Research*. v. LV, n. 2, p. 379-391. 1995.

HANNA, R. *Kant and the foundations of analytic philosophy*. New York: Oxford University Press, 2001.

_____. *Kant, Science and human nature*. New York: Oxford University Press, 2006.

HEIDEGGER, M. *La pregunta por la cosa. La doctrina kantiana de los principios trascendentales*. Buenos Aires: Editorial Alfa, 1975.

_____. *Kant y el problema de la metafísica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

AINSKÉ, N. Kants Idee der Anthropologie. In: Heinrich Rombach (Ed.). *Die Frage nach dem Menschen*. Munich: Alber, 1966.

HORGREBE, W. *Kant und das Problem einer transzendentalen Semantik*. München: Verlag Karl Alber Freiburg, 1974.

JACOBS, B. Kantian Character and the Science of Humanity. In: JACOBS, B.; KAIN, P. (Ed.). *Essays on Kant's Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 105-134, 2003a.

KANT, I. *Kant's Gesammelte Schriften*. Berlin: Walter de Gruyter & Co, 1902.

JACOBS, B.; KAIN, P. (Ed.). *Essays on Kant's Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003b.

KUEHN, M. *Kant. A Biography*. Nova York: Cambridge University Press, 2002.

LAFRANCE, Guy *De Rousseau à Kant à propos de L'Anthropologie*. In: FERRARI, J. *L'Année 1798 Kant et la naissance de l'Anthropologie au*

- siècle des Lumières*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, p. 33-41, 1997.
- LEHMANN, G. *Voraussetzungen und Grenzen systematischer Kantinterpretation*. In: _____. *Beiträge zur Geschichte und Interpretation der Philosophie Kants*. Berlin: Walter de Gruyter & Co, p. 89-116, 1969.
- LONGUENESSE, B. *Kant and the capacity to judge*. Princeton: Princeton University press, 1998.
- _____. *Kant on the human standpoint*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- LOPARIC, Z. *A semântica transcendental de Kant*. Campinas: Coleção CLE, v. 41.3. ed., 2005, 1. ed., 2000.
- LOUDEN, R. *Kant's Impure Ethics*. New York: Oxford University Press, 2000.
- _____. The second part of moral: Kant's Moral Anthropology and its relationship to his metaphysics of moral. *Revista Kant e-prints*, 2002, Disponível em: <ftp://logica.cle.unicamp.br/pub/kant-e-prints/Louden.pdf>; versão em português Revista etic@ v.1, n. 1, p. 27-46, Jun 2002. Publicado também como capítulo de livro In: JACOBS, B.; KAIN, P. (Ed.). *Essays on Kant's Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 60-84.
- MARKET, O. Kant e a recepção da sua obra até aos alvares do século XX. In: GIL, F (Org.). *Recepção da crítica da razão pura*. Antologia de escritos sobre Kant (1786-1844). Lisboa: Fundação Calouste Gubenkian, 1992.
- PEREZ, D. O. *Dois séculos de leitura de Kant no Brasil*. In: PEREZ, D.O. *Kant no Brasil*. São Paulo: Editora Escuta, 2005. p. 7-22.
- _____. *Kant e o problema da significação*. Curitiba: Champagnat, 2008.
- _____. A loucura como questão semântica: uma interpretação kantiana. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 32, p. 95-117. 2009.
- _____; BONACCINI, J. A. *On Kantian Studies and Kant's influence in Brazil*. *Revista Kant e-prints*, v. 4, n. 1, p. 23-41. 2009.
- _____. Religión, Política y Medicina en Kant: El conflicto de las proposiciones. Cinta de Moebio. *Revista de Epistemologia de Ciencias Sociales*, v. 28, p. 91-103. 2007.
- _____. *Kant e o problema da significação* Curitiba: Editora Champagnat,

2008a.

_____. La responsabilidad no-recíproca y desigual. Una interpretación kantiana. In: MICHELINI, D.; KUHLMANN, W.; DAMIANI, A. (Org.). *Ética del discurso y globalización. Corresponsabilidad solidaria en un mundo global intercultural*. v. 1. 1 ed. Rio Cuarto: Ediciones del Icala, 2008b. p. 49-59.

_____. A Antropologia Pragmática como parte da razão prática em sentido kantiano. *Manuscrito*, UNICAMP, v. 32, p. 357-397. 2009b.

_____. El cuerpo y la ley: de la idea de humanidad kantiana a la ética del deseo en Lacan. *Revista de Filosofía*, Aurora, PUCPR (Impreso), v. 21, p. 481-501. 2009c.

_____. O sexo e a lei em Kant e a ética do desejo em Lacan. *Adverbium*, Campinas, v. 4, p. 104-112. 2009d.

_____. Ética y Antropología o el kantismo de Maliandi. In: MICHELINI, D. J.; HESSE, R.; WESTER, J. (Org.). *Ética del Discurso. La pragmática trascendental y sus implicancias prácticas*. v. 1. Rio Cuarto: Ediciones del Icala, 2009e. p. 107-115.

_____. A proposição fundamental da antropologia pragmática e o conceito de cidadão do mundo em Kant. *Coleção CLE*, Campinas, v. 57, p. 313-333. 2010a.

_____. El ódio al vecino o: se puede amar al prójimo? Un diálogo con los conceptos de responsabilidad y solidaridad de Dorando Michelini. In: FORNARI, A.; ZAVALA, C. P.; WESTTER, J. (Org.). *La razón en tiempos difíciles*. 1. ed. v. 1. Rio Cuarto - Argentina: Universidad Católica de Santa Fe – Ediciones del Icala, 2010b. p. 29-36.

NOBBE, F. *Kants Frage nach dem Mensch: Die Kritik der ästhetischen Urteilskraft als transzendente Anthropologie*. Frankfurt a. M.: P. Lang, 1995.

SCHMIDT, C. M. The Anthropological dimension of Kant's Metaphysical of Morals. *Kant-Studien*, n. 96, p. 66-84. 2005.

_____. Kant's transcendental, empirical, pragmatic and moral anthropology. *Kant-Studien*, n. 98, p. 156-182. 2007.

SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e como representação*. São Paulo: Unesp, 2005.

STARK, W. Historical notes and interpretive about Kant's lectures on anthropology. In: JACOBS, B.; KAIN, P. (Ed.). *Essays on Kant's Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 15-37.

VAN DE PITTE, F. *Kant as Philosophical Anthropologist*. The Hague: Martins Nijhoff, 1971.

WILSON, H. L. Kant's integration of morality and anthropology. *Kant-Studien*, n. 88, p. 87-104. 1997.

_____. *Kant's Pragmatic Anthropology. Its origin, meaning, and critical significance*. New York: State Univeresity of New York Press, 2006.

WOOD, A. Kant and the problem of human nature. In: JACOBS, B.; KAIN, P. (Ed.). *Essays on Kant's Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 38-59.

_____. *Kant's ethical thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ZAMMITO J. H. *Kant, Herder, and the birth of Anthropology*. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

Data de registro: 27/05/2013

Data de aceite: 08/07/2013